



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022- CSL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144263/2021 – UEMA**

EDITAL

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Universidade Estadual do Maranhão – UEMA**, por meio da **Comissão Setorial Permanente de Licitação - CSL**, criada pela **Portaria n.º 939 de 22 de novembro de 2021**, sediada na Cidade Universitária Paulo VI, Av. Lourenço Vieira da Silva, nº 1.000, Jardim São Cristóvão, nesta Capital, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº **10.520, de 17 de julho de 2002**, do Decreto nº **10.024, de 20 de setembro de 2019**, da Lei Estadual nº **10.403, de 29 de dezembro de 2015**, da Instrução Normativa SEGES/MP nº **03, de 26 de abril de 2018**, a Lei Complementar n.º **123, de 14 de dezembro de 2006**, alterada pela Lei Complementar nº **147, de 07 de agosto de 2014**, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº **8.666/93, de 21 de junho de 1993**, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 16 de maio de 2022.

Horário: 09:30 hrs (horário de Brasília)

Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de Disputa: ABERTO

Intervalo mínimo entre os lances: R\$ 3,00 (três reais)

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. DO CREDENCIAMENTO

1.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

1.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



1.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de Material Permanente com montagem e instalação, destinado ao Laboratório do Centro de Estudos Superiores de Balsas/CESBA/UEMA para atender ao Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Ambiente-PPGAA da Universidade Estadual do Maranhão/UEMA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será realizada em **ITENS**, conforme tabela constante do **subitem 4.1** do Termo de Referência, ANEXO I deste edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos **ITENS** forem de seu interesse.

2.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

3.1.2. A participação é exclusiva (**ITENS de 01 a 55**) para microempresas, empresas de pequeno porte e *microempreendedor individual*, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

3.2. **Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual-MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.**

3.3. Ficam impedidos de participar desta licitação os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade incompatível com o objeto desta licitação e com sócios comuns concorrendo entre si, empresas



estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão ou impedimento do direito de licitar e contratar com o UEMA ou com o Estado do Maranhão.

3.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará **"SIM" OU "NÃO"** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações.

3.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.4.1.1 Em item exclusivo para participação somente de microempresas, empresas de pequeno porte e Microempreendedor Individual a assinalação do campo **"NÃO"**, impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

3.4.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.4.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.6. A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim a(o) pregoeira(o) do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/93.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

4.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao.pe@uema.br**, ou por petição dirigida ou protocolada na **Comissão Setorial Permanente – CSL/UEMA**, situada na Cidade Universitária Paulo VI, Av. Lourenço Vieira da Silva, nº 1.000, Jardim São Cristóvão, no Prédio da Pró Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD, de segunda a sexta-feira no horário de 09:00 às 18:00 hs, sob pena de não conhecimento da impugnação.

4.3. Caberá ao(a) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



4.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), **até 03 (três)** dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

4.6. O(a) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

4.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá anexar sua proposta de preços assinada (**digitalizada**) e proceder ao preenchimento dos dados, no sistema eletrônico, respeitados os prazos nele estipulados, e consignar nos campos apropriados.

5.1.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

5.1.1.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

5.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.3. No campo "Descrição Detalhada do Objeto Ofertado", disponibilizado no Sistema Eletrônico, devem ser incluídas MARCA, MODELO e todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações:

5.3.1. Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **120 (CENTO E VINTE) dias**, a contar data de sua abertura, podendo a Administração solicitar a prorrogação do prazo de validade da proposta, sendo facultada aos licitantes a aceitação.

5.3.2. Catálogo dos materiais, a não apresentação dos mesmos não acarretará a desclassificação da proposta, tendo como objetivo apenas a melhor análise dos materiais.

5.4. Objetivando agilizar a formalização do contrato, o proponente deverá informar na proposta, o nome do representante que assinará o contrato, bem como o nº do seu RG e CPF, sendo que no ato da assinatura, deverá ser apresentada fotocópia autenticada de documento hábil que comprove sua legitimidade.

5.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



5.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1 Ressalvado o disposto no **item 9.3**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) habilitação Jurídica;
- b) regularidade fiscal e trabalhista;
- c) qualificação econômica e financeira;
- d) qualificação técnica;
- e) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, nos termos do item 3.4.5 deste Edital.

6.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
- b1) Os documentos da alínea "a" e "b" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista.

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A



da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

f) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do licitante, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

g) caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

6.1.3. Qualificação Técnica:

a) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função;

6.1.4 Qualificação Econômico-Financeira

6.1.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índices financeiros utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores ali estabelecidos;

$$\mathbf{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável em Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível em Longo Prazo}} \quad 1,0$$

$$\mathbf{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad 1,0$$

a1) A fórmula deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculos junto ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis.

b) As empresas que apresentarem índices iguais ou inferiores a 01 (um) deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante capital mínimo de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor cotado pelo licitante.

6.1.4.1.1. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura;

6.1.4.1.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:



- a) Publicados em Diário Oficial ou;
- b) Publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou;
- d) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da **Instrução Normativa nº 11, de 05 de dezembro de 2013**, do **Departamento de Registro Empresarial e Integração-DREI** acompanhada obrigatoriamente dos **Termos de Abertura e de Encerramento**.

6.1.4.1.3. Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

6.1.4.1.4. A pessoa jurídica optante do Sistema de Lucro Real ou Presumido (Somente a que distribuem lucro), deverá apresentar juntamente com o Balanço Patrimonial, cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – **SPED CONTÁBIL**, nos termos da **IN RFB 1.420/2013, 1.422/2013, IN RFB 1.486/2014, IN RFB 1.510/2014, IN RFB 1.594/2015 e IN RFB 1.660/2016**.

6.1.4.2. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial, com data não excedente a 60 (sessenta) de antecedência da data de apresentação da Documentação e Proposta, quando não vier expresso o prazo de validade.

6.1.4.3. O licitante devidamente enquadrado como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado, concorde preceito da Lei Complementar n. 123 de 2006 e suas alterações C/C art. 13 da Lei Estadual nº 10.403/2015; estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.1.5 OUTROS DOCUMENTOS

a) **Certidão Simplificada** da Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, devidamente atualizada, para empresas com sede e/ou filial no Estado do Maranhão, de acordo com Art. 1º do Decreto Estadual nº 21.040/05.

6.2. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO:

6.2.1. O(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1.1. SICAF;

6.2.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União
<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.



6.2.2. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

6.2.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação junto ao sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

6.2.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

6.2.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

6.2.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

6.2.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

6.2.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

6.2.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.2.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.2.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.2.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



6.2.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

6.2.9.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

6.2.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

6.2.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

6.2.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

6.2.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.2.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor_oferta deverá ser **R\$ 3,00 (três reais)**.*

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10 *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

7.11 *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*

7.12 *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

7.13 *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.*

7.14 *Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.*

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;



7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta

7.22 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.23 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.24.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.2. O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas)** horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

7.25. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



8. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS VENCEDORAS

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O (a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.



10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas)** horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.4 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

1.1. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em



outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.5. Se não reconsiderar sua decisão o(a) pregoeiro(a) submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DO TERMO DE CONTRATO

14.1. Homologado o resultado deste Pregão, a UEMA poderá convocar o licitante vencedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, retirar a Nota de Empenho e/ou assinar o instrumento



Contratual, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

14.2. O prazo para a assinatura do Contrato estabelecido no subitem **14.1** poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela UEMA.

14.3. O contrato deverá ser assinado por representante do licitante vencedor, devidamente habilitado.

14.4. A contratação fica condicionada à consulta prévia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690/1996.

14.5. No ato da assinatura do Contrato a adjudicatária **estabelecida no Maranhão** deverá apresentar Certidão Negativa de Débito com a CAEMA, conforme Decreto Estadual nº 21.178/2005.

14.6. Constam das cláusulas da Minuta do Contrato, as condições os demais elementos necessários à execução do seu objeto, tais como valor, prazos, condições de pagamento, condições de recebimento, fiscalização, estão do contrato, responsabilidade das partes, sanções e tudo o mais relacionado com o objeto da contratação.

15. DO PAGAMENTO

15.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. Os recursos financeiros para cobertura do presente contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo declinada.

16.1.1. UNIDADE GESTORA: 240201-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA;

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24201-UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA;

FUNÇÃO: 12; **SUBFUNÇÃO:** 122 **PROGRAMA:** 411; **AÇÃO:** 4457; **SUBAÇÃO:** 3831;

NATUREZA DA DESPESA: 44.90.52.08; **FONTE:** 0103.

17. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

17.1. Os licitantes deverão cumprir rigorosamente as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sobretudo no termo de Referência, no Contrato e na PROPOSTA vencedora, para a participação neste certame e execução do objeto desta licitação, inclusive obrigações adicionais estabelecidas neste instrumento, sob pena de, sujeitar-se às penalidades cabíveis.

17.2. Serão aplicadas as sanções previstas no art. 7 da Lei Federal nº 10.520/2002 o licitante que deixar de cumprir os deveres definidos neste Edital, agir má fé e sendo vencedor, se recusar



injustificadamente a assinar o termo do contrato dentro do prazo estabelecido, assegurado o direito de defesa.

18. DA RESCISÃO

18.1. A inexecução total ou parcial da entrega do objeto ensejará sua Rescisão com as consequências contratuais previstas na Lei Federal nº 8.666/93, garantido o direito de ampla defesa.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O(a) pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da **UEMA** ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

19.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Universidade.

19.3. O(a) pregoeiro(a) ou a Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.6. O licitante deverá manter atualizados, durante toda a contratação, todos os seus dados, como representantes, endereço, telefone, e-mail etc. sob a pena de, não sendo devidamente informados a UEMA, as notificações/comunicações serem consideradas efetivamente realizadas.

19.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão e Diário Oficial da União.

19.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em contrário.

19.9. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da UEMA, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V da Lei nº 10.520/2002.



19.10. Os casos omissos serão decididos pelo(a) pregoeiro(a) em conformidade com as disposições constantes das Leis citadas no preâmbulo deste edital e demais normas pertinentes.

19.11. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.12. Integram ao presente Edital como ANEXOS e independente de transcrição os documentos seguintes:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Modelo Carta Proposta

ANEXO III – Minuta do Contrato

São Luís – MA, 28 de abril de 2022.

**Cesar Antônio Caldas Pimentel
PREGOEIRO**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022- CSL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144263/2021 – UEMA**

**ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

1.1.O presente Termo de Referência tem como objeto a **aquisição de Material Permanente com montagem e instalação, destinado ao Laboratório do CESBA/UEMA** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência para atender ao Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Ambiente - PPGAA da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1.Com o objetivo de atender as necessidades da UEMA, para o estabelecimento de laboratórios, fomentando a pesquisa nesta instituição de ensino, se faz necessária a aquisição de materiais/equipamentos, conforme as especificações dos produtos, condições específicas e quantidades estimadas descritas neste Termo de Referência, que devem ser totalmente atendidas para garantir a operacionalização integral das atividades.

2.2.Nos últimos anos, o agronegócio brasileiro, entendido como a soma de todas as operações envolvidas na produção e distribuição dos insumos agropecuários, ou seja, a produção agropecuária, o armazenamento, processamento e a distribuição dos produtos agropecuários, tiveram papel fundamental para a geração de divisas e renda, tendo o Brasil ocupado papel de destaque nas exportações de vários produtos, dentre eles, soja, milho, cana-de-açúcar e algodão, culturas estas que aliadas ao arroz fazem parte do agronegócio da Cidade de Balsas, situada no sul do Maranhão, cidade líder e pioneira na agricultura de precisão e empresarial no cerrado Maranhense, e considerada como polo do agronegócio devido sua estruturação e proximidades com os demais novos cenários da agricultura do cerrado brasileiro.

2.3.O Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Ambiente (PPGAA) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) iniciou em 19 de abril de 2017 (aprovado em 27/10/2016 e homologado na 167ª Reunião do CTC-ES. Parecer CNE/CES nº 145/2017) com o curso de mestrado, sendo este Programa orientado pelo seu Regimento Interno e pautado pelo Estatuto e o Regimento Geral da UEMA e pelas Normas de Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação, aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE (Resolução n. 1170/2015-CEPE-UEMA) e legislação da CAPES. Com início em 2017, o PPGAA conclui, em 2020, o seu primeiro quadriênio de avaliação.

2.4.A sede do Programa está localizada no Centro de Estudos Superiores de Balsas (CESBA/UEMA). O município de Balsas, conta com população estimada de 94.779 habitantes e se destaca pela agricultura mecanizada, sendo o terceiro maior produtor de grãos de soja da região do MATOPIBA (extensão geográfica que recobre parcialmente os territórios dos Estados do



Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). É o 3º maior PIB do estado, atrás apenas de São Luís e Imperatriz. O município possui a terceira maior cidade do estado em território urbanizado, sendo o maior município do Maranhão em área total com 13.141.637 km² e localizado no bioma cerrado brasileiro.

2.5.A busca pela excelência mantém a coordenação e o colegiado do PPGAA atentos à qualidade do corpo discente, expressa tanto no momento da seleção e ingresso ao Programa, quanto durante o desenvolvimento do curso.

2.6.No que se refere ao apoio institucional, a UEMA tem conduzido um arrojado plano de expansão da Pós-Graduação stricto sensu, com vistas ao avanço tanto quantitativo quanto qualitativo. O PROQUALIT vem possibilitando o acompanhamento e a avaliação do desempenho dos programas de pós-graduação, viabilizando um conjunto de ações com vistas à consolidação, de forma que sejam reconhecidos em nível nacional e internacional por boas avaliações, formação de recursos humanos de qualidade e impacto na sociedade. As ações do Programa são regidas por resoluções normativas aprovadas em reuniões dos Órgãos Colegiados Superiores da universidade (CEPE/CAD e CONSUN). É com base nas avaliações da CAPES e reuniões da Coordenação do PPGAA com a Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UEMA e o Coordenador do Programa PROQUALIT que se discutiu a necessidade de investimentos para a aquisição de materiais/equipamentos para os Laboratórios do campus de Balsas com foco na consolidação do Programa na Região Sul do Maranhão.

2.7.Diante deste contexto, solicitamos a autorização para abertura de processo licitatório a fim de suprir brevemente as necessidades apontadas.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

3.1.O processo licitatório observará as normas dos procedimentos administrativos previstos na Lei n.º 8.666/93 e Lei n.º 10.520/02, Decreto nº 10.024/19 e suas alterações.

4. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DOS MATERIAIS/EQUIPAMENTOS

4.1.Abaixo consta a especificação e quantidade do item a ser adquirido:

OR D	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
01	Balança tipo mecânica com plataforma em aço carbono, com capacidade de carga mínima de até 150 kg, pés reguláveis e antiderrapante	UND	01	R\$ 1.846,45	R\$ 1.846,45
02	Balança tipo digital, eletrônica, com bateria interna e capacidade de pesagem mínima de 20 kg com precisão mínima 2g	UND	01	R\$ 886,36	R\$ 886,36
03	Balança tipo digital, eletrônica, capacidade de pesagem de 6.200g no mínimo e precisão mínima de 0,1g, cuba de aço inoxidável removível, prato de aço inoxidável	UND	02	R\$ 3.371,96	R\$ 6.743,92
04	Balança Analítica com Calibração Automática, capacidade de pesagem 220 g no mínimo com precisão mínima 0,0001g. Tamanho mínimo da câmara de pesagem (AxLxP) 33x14x16cm.	UND	01	R\$ 7.590,71	R\$ 7.590,71



	Alimentação: Bivolt. Dimensões mínimas do prato de pesagem: Ø 80. Linearidade (g): ± 0,0003. Tempo de estabilização máximo 4 segundos.				
05	Câmera com sensor de 12 MP, que capta luz nos comprimentos de onda do infravermelho próxima de 850 nm, vermelho de 660 nm e luz verde de 550 nm. Formato de imagem (RAW + JPG). Peso máximo de 78g com bateria, que possa ser acoplada à plataformas aéreas comodrones	UND	01	R\$ 6.357,86	R\$ 6.357,86
06	Medidor de umidade de grãos com capacidade de análise de mais de 60 espécies vegetais, com precisão mínima na indicação de umidade de 0,3%, quantidade da amostra a ser analisada de aproximadamente de 500g, mostrador digital e saída de dados USB, funcionamento com baterias recarregáveis	UND	01	R\$ 3.540,28	R\$ 3.540,28
07	Estufa de esterilização e secagem com circulação de ar forçada, faixa de temperatura de trabalho mínima de até 200°C, sistema de aquecimento por resistência blindada, indicação digital de temperatura e capacidade interna aproximadamente de 630L a 1152 L.	UND	01	R\$ 19.260,06	R\$ 19.260,06
08	Paquímetro Digital em Aço, capacidade mínima de aferição de até 150mm, fabricado em aço inoxidável temperado de alta resistência, visor com no mínimo 5 dígitos mais o sinal (-) e a indicação milímetro e polegada, precisão mínima de 0,01mm/.0005, indicação no visor da carga da bateria, alimentação por bateria tipo SR-44	UND	06	R\$ 228,53	R\$ 1.371,18
09	Medidor portátil de umidade do solo, com Precisão de ± 3%, Resolução: 0,1%Alimentação: 2 pilhas AA ou baterias de 9 v.	UND	01	R\$ 2.138,63	R\$ 2.138,63
10	Roçadeira lateral com motor à gasolina de no mínimo 2 HP, 2 tempos com 51,6 cilindradas, capacidade mínima do tanque 1,3L, sistema de partida manual retrátil, carburador diafragma, incluso cinta de apoio, lâmina de 3 pontas, misturador de combustível	UND	01	R\$ 1.005,76	R\$ 1.005,76
11	Atomizador Costal, motor 2 tempos, potência mínima de 2,9HP, 41,5 cilindradas, rotação de trabalho mínima de 7.500RPM, sistema de partida manual retrátil, ignição tipo eletrônica, tanque de combustível com capacidade mínima de 1,5 L, tanque para químico com capacidade mínima de 20 Litros, volume de vazão mínima líquido 3L/Min, volume de vazão mínima sólido 3,7Kg/Min, alcance do spray mínimo de 12 metros	UND	01	R\$ 1.607,66	R\$ 1.607,66
12	Estação meteorológica profissional sem fio com memória e com conexão USB-PC, fonte de energia do receptore do transmissor com baterias alcalinas de 1.5V(baterias recarregáveis de uso de transmissor solar), temperatura interior pode variar de 0 a 50°C, a temperatura ao ar livre pode variar de -40 a 60°C, precisão mínima da temperatura de ± 1,0°C, faixa de umidade de 20% a 90%, precisão mínima da umidade de ± 5%, faixa de precipitação de 0 a 9.999 mm, faixa de pressão de 750 hpa a 1.100 hpa, faixa de velocidade do ar de 0 a 50m/s	UND	01	R\$ 1.900,50	R\$ 1.900,50
13	Receptor de GPS Portátil, à prova de água, legível sob luz solar, bateria com vida útil mínima de 16 horas, mínimo de 8 GB de memória incorporada, entrada para cartão de memória externo. Classificação na água IPX7. No mínimo 5.000 rotas, 200 registros de	UND	01	R\$ 4.183,45	R\$ 4.183,45



	trajetos, 10.000 pontos. Incluso cabo de transmissão de dados				
14	Batedeira de Cereais, para bater/debulhar cereais de maior granulometria, adequada para feijão, milho, arroz, soja e sorgo, para motor elétrico 10CV a 12 CV, com peso aproximado: 380 Kg, dimensões mínimas: comprimento: 2,57m; largura: 1,90m; altura: 1,61m. PRM: 800 a 900	UND	01	R\$ 19.597,18	R\$ 19.597,18
15	Motor elétrico, com potência 10 CV, Polaridade: 2, Tensão: 220 ou 440 V, RPM: 3600, Frequência: 60 Hz, Tipo de carcaça: ferro fundido Grau de proteção: IP55; Capacitor permanente	UND	01	R\$ 5.434,99	R\$ 5.434,99
16	Lupa Binocular de 80x, cabeçote inclinado de 45 °, 360 ° de rotação; Base equipada de vidro fosco circular com diâmetro de 95 mm e duas presilhas, estativo metálico. Ampliação: 20x-40x-80x; focagem controlada por um mecanismo de pinhão e cremalheira em ambos os lados, Pinça para fixação de amostras, Distância interpupilar e diferença de dioptria, ajustável; alimentação Bivolt. Pintura eletrostática de alta durabilidade com tratamento anticorrosivo, distância de Trabalho: 88mm. Itens inclusos: fonte de alimentação bivolt, proteção Oftalmológica, capa de proteção contra poeira, disco de Vidro e disco Preto/Branco de Acrílico. Peso aproximado do produto: 2kg	UND	01	R\$ 2.092,31	R\$ 2.092,31
17	Contador de Colônias, placa de contagem em placas de Petri de até 115mm de diâmetro com lupa e caneta de contagem, lupa superior de aumento de 3 a 9x com braço articulável e com iluminação LED superior, fonte de alimentação Bivolt. Fonte de luz interna de LED e ajustável, equipamento com sinal sonoro durante a contagem.	UND	01	R\$ 2.416,67	R\$ 2.416,67
18	Termômetro Digital com Sensor e monitoração simultânea de duas temperaturas, com função de memorizar as leituras máximas e mínimas, faixa mínima de temperatura interna: -20°C a +50°C/°F e faixa mínima de temperatura externa: -50°C a 70°C/°F. Permite ajustar temperatura externa de limite máxima e/ou mínima para alerta através de alarme. Fixação na parede. Unidade de temperatura em Celsius (°C) e Fahrenheit (°F); resolução interna/externa mínima de 0,1°C, exatidão interna/externa mínima de 0°C a 50°C ±1°C -50°C a 0°C ±2°C 50°C a 70°C ±2°C. Alimentação 1 pilha de 1,5 Volts tipo AAA.	UND	04	R\$ 174,22	R\$ 696,88
19	Termômetro Digital Infravermelho com mira laser medição rápida da temperatura, faixa mínima de medição: -50°C a 420°C; precisão mínima de ±4°C de -50°C a 0°C ±2°C/2% de 0°C a 420°C; repetibilidade mínima: 1% ou ±1°C, distância Focal:12:1, emissividade: 0.95 fixa, resolução mínima: 0.1°C, tempo de resposta máximo de 500ms, comprimento de onda: 8-14 µm, visor com Iluminação, alimentação 1 Bateria 9V, umidade Operação:10% a 90% UR, Certificado de Calibração com rastreabilidade Inmetro/RBC.	UND	02	R\$ 175,97	R\$ 351,94
20	Trado Holandês em Aço Inox com 1.00 metro, a lâmina caçamba de coleta com 20 cm, por 2.1/2 polegada ou 1.1/2"Pol; tubo 7/8" 22,22mm com marcas de controle de coleta de 10 em 10 centímetros	UND	02	R\$ 1.409,16	R\$ 2.818,32



	até 60 centímetros, cabos com acabamentos em cromo e soldados em inversor "TIG" força e durabilidade, lâmina de coleta removível para limpeza				
21	Clorofilômetro Digital, medidor eletrônico de teor de clorofila. Escala mínima de medição 0 a 100 ICF, resolução mínima da medição 0,1 ICF, duração máxima de uma medição 2 s, capacidade mínima de memória de 3000 medições, área ativa de recepção 9 mm ² , com compensação de temperatura, temperatura de operação mínima: 0 a 50°C, Alimentação: 2 pilhas AA alcalinas ou recarregáveis, Visor LCD 2 linhas x 16 caracteres, indicação sonora, peso aproximado do equipamento 350 g, Protocolo de comunicação com receptor GPS: NMEA 0183, 4800 bps; Comunicação com PC: USB ou serial	UND	01	R\$ 8.427,03	R\$ 8.427,03
22	Medidor/Penetômetro de compactação de solos. Profundidade de penetração de até no máximo 60 cm. Com cones/pontas disponíveis para medição do solo. Unidades de medição: poderá ser utilizado qualquer uma das unidades: kPa, Psi, Kg, N e/ou lb. Com mostrador de leitura analógico ou digital. O medidor/penetômetro poderá ter armazenamento de medição ou não.	UND	01	R\$ 6.752,93	R\$ 6.752,93
23	Destilador de água do tipo Pilsen de funcionamento contínuo, com capacidade mínima de produção de 5 litros/hora, com resistência blindada de imersão, tensão 220V, lâmpada piloto, dispositivo desligador automático contra falta d'água para evitar a queima de resistência, confeccionado totalmente em aço ino AISI 304, incluso suporte de fixação na parede	UND	01	R\$ 1.785,58	R\$ 1.785,58
24	Autoclave Vertical com capacidade mínima de 75 Litros, temperatura de trabalho mínima de até 127°C, tampa em aço inoxidável, válvula de segurança contra sobrepressão, funcionamento analógico por meio de chave seletora, válvula controladora com sistema de peso e contrapeso regulável.	UND	01	R\$ 15.349,62	R\$ 15.349,62
25	CABINA/CÂMARA DE FLUXO UNIDIRECIONAL VERTICAL COM RODÍZIO, COM RECIRCULAÇÃO DE AR; Especificações mínimas e medidas aproximadas:Atenda aos procedimentos de trabalhos na ISO Classe 5 (ISO 14644-1, ABNT NBR ISO 14644-1)e na Classe 100 (209e do Federal Standard (USA) , ABNT 13.700); Construído externamente em chapa de alumínio naval ou chapa de aço com tratamento; Parte interna construída em aço Inox AISI 304; Mesa/Plataforma removível para limpeza; Vidro frontal temperado deslizante com abertura e fechamento total; Filtro HEPA classe A3; Índice de ruído menor que 67dB; Horimetro para contagem de horas de funcionamento; Indicador/ medidor da pressão do filtro HEPA; velocidade de 0,45m/s ± 0,10 conforme recomendação normativa NBR15767:2009; controle de velocidade; lâmpada fluorescente de 15 a 30 Watts (fria) ; lâmpada germicida de 15 a 30 Watts (uv); Com base e rodízios giratórios; Voltagem 220 V;	UND	01	R\$ 14.324,51	R\$ 14.324,51



	250 a 500 watts; Dimensões externas (aproximadas) variando entre 2060 x 1270 x 740 mm (a x l x p) à de 2000 x 1890 x 780 mm (a x l x p). Dimensões da área de trabalho (aproximadas) variando de 600 x 1870 x 725 mm (a x l x p) 605 x 1808 x 623 mm (a x l x p).				
26	MICROSCÓPIO BIOLÓGICO TRINOCULAR COM CINCO OBJETIVAS E AUMENTOS DE 40X, 100X, 200X, 400X E 1000X. OBJETIVA PLANA INFINITA + CÂMERA DIGITAL COMPATÍVEL. Tubo: TrinocularSiedentopf, com ajuste Interpupilar de 47mm ~ 75mm, ajuste de dioptria nas oculares de +/- 5 dioptrias, inclinado 30º, rotação 360º com pino de trava. Saída trinocular com prisma divisor e sistema antifungo. Revolver: Inclinação Reversa. Porta cinco objetivas, com movimento por rolamento e parada precisa. Objetiva: Óptica infinita Planacromática PL 4X, PL 10X, PL 20X, PL 40X (Retrátil), PL 100X (Retrátil) a Óleo. Platina: Mecânica de grande área 216x150mm, movimento X 78mm e Y 54mm, escala vernier, botões longos conjugados a direita e suporte para até duas lâminas. Condensador: Abbe 1.25 N.A. com íris diafragma, porta filtro, dispositivo de centralização e movimento por pino e cremalheira. Focalização: Macrométrico com movimento de 37,7mm por rotação e ajuste de tensão. Micrométrico com curso de 0,002mm por divisão. Macro e Micro conjugados, com micrométrico em botões bilaterais. Iluminação incorporada na base provida de diafragma de campo para iluminação segundo Koehler, LED 5W com ajuste de intensidade luminosa; incluso 1 Óleo de imersão, 1 Capa de proteção, 1 Maleta para transporte ou armazenamento, condensador de campo escuro, Kit para contraste de fase, Filtros para polarização, Câmara clara, Oculares 15X (16mm) e 10X (22mm), Filtro de luz verde, amarelo e azul.	UND	01	R\$ 13.208,51	R\$ 13.208,51
27	Estufa Incubadora B.O.D capacidade mínima de 340 L, volume útil mínimo de 290L, faixa mínima de temperatura de trabalho de -10 A 60°C com Fotoperíodo, com precisão mínima de 0,5°C, gabinete tipo geladeira, construídas em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó. Internamente revestida em material sintético, que evita corrosão e facilita a limpeza. Isolação térmica em poliuretano expandido. Porta com vedação magnética. Resistência tubular blindada em inox com 400W, convecção de ar forçado quente/frio no sentido vertical, através de ventilador, proporcionando maior homogeneidade de temperatura no interior da câmara. Controle de temperatura PID microprocessado, com indicação digital. Sensor tipo PT-100 com encapsulamento em inox. Sistema de proteção de sobreaquecimento através de termostato hidráulico com ajuste de fábrica, mínimo de 5 prateleiras, sistência: Tubular blindada em inox, sistema de Refrigeração: Compressor de 1/5 Hp selado livre de CFC. Dimensões externas aproximadas 600x1.800x600mm (LxAxC); dimensões internas aproximadas 500x1.000x460mm (LxAxC),	UND	03	R\$ 12.455,48	R\$ 37.366,44



	alimentação 220 V, peso aproximado de 75 Kg				
28	Estufa de Esterilização e Secagem, totalmente construída em aço SAE 1020 com tratamento anti-corrosivo e fino acabamento em pintura eletrostática texturizada a pó. Câmara interna em aço inox 430 polido, resistente a altas temperaturas. Porta externa com vedação em silicone e fecho tipo rolete. Temperatura de trabalho máxima de pelo menos 250°C. Circulação de ar por convecção natural. Resistências laterais em Níquel cromo, com isolamento de mica. Orifício superior para saída de gases ou umidade e introdução de termômetro de aferição. Controle de temperatura por controlador eletrônico digital micro-processado PID, instalado no painel frontal, com chave geral e porta fusível. Isolação entre a câmara interna e a o gabinete, com lã refratária de vidro (roofing). Volume mínimo nominal de 15 L, com 2 Prateleiras, Potência total mínima de 500 W, dimensões externas aproximadas de (LPA): 350x330x420mm, dimensões internas aproximadas de (LPA): 250x230x230mm, alimentação 220 V, peso aproximado de 22 Kg.	UND	01	R\$ 3.442,70	R\$ 3.442,70
29	Refrigerador Duplex FrostFree com capacidade mínima de 340 L, capacidade mínima do freezer com 72L, alimentação 220V.	UND	01	R\$ 2.810,77	R\$ 2.810,77
30	Digestor para Fibra em Sacos de Extração, construído com chapa de aço inox AISI 304; dimensões aproximadas de L=480mm x P=350mm x A=550mm; peso aproximado de 8 kg, cuba para digestão em aço inox AISI 304 polido, capacidade mínima de 3000 mL; operação semi-automática, com adição manual dos reagentes; condensador tipo cúpula, com jaqueta para termostatização, em vidro borossilicato, com bicos de entrada e saída de água para condensação; registro para descarga da solução, com trompa de vácuo; suporte mínimo para 30 amostras simultâneas (10 discos); bolsas de filtro com capacidade mínima para amostras de 0,5 a 1 g; suporte das amostras estampado em aço inox AISI 304; movimento reciprocante vertical e velocidade de até 25 BPM com variador eletrônico. Temperatura de trabalho mínima: ebulição da água, ou até 120°C para outros fluídos; controlador de temperatura microprocessado, PID, sensor Pt100, leitura digital, sensibilidade mínima de 0,1° C, precisão mínima de +/- 0,1° C; temporizador eletrônico digital, com sonolarme no término da operação, programável até 9999 minutos; aquecimento por resistência em aço inox AISI 304, atender a NR 12, Alimentação trifilar (duas fases e um terra), com dupla isolamento, com plug de três pinos, NM 243 e NBR 14136; incluso 200 sacos para extrações, 1 caneta especial para numerar as amostras e 1 seladora.	UND	01	R\$ 15.261,86	R\$ 15.261,86
31	Drone de câmera voadora com gimbal integrado. Peso aproximado incluindo bateria e hélices de 1380 g; velocidade de subida de pelo menos 6m/s; teto máximo de serviço acima do nível do mar de pelo menos 6.000 m; resistir à vento de velocidade 10 m/s; tempo de voo de pelo menos 28 minutos; mínimo de faixa de temperatura operacional 0 a 40°C; sistemas de posicionamento por satélite GPS /	UND	01	R\$ 9.246,00	R\$ 9.246,00



	GLONASS; sistema de visão para a frente e sistema de visão para baixo; mínimo de alcance Sensorial de obstáculo 0,7 a 15 m; mínimo de frequência de medição Para frente de 10 Hz, para baixo de 20 Hz; bateria com mínimo de capacidade de 5350 mA; cÂMERA Sensor 1 / 2,3 "CMOS mínimo de Efetivos pixels de 12,4 M; Lente com formato equivalente a 35 mm, f / 2.8 foco em 8, faixa ISO 100-3200 (vídeo) 100-1600 (foto), velocidade mínima do obturador eletrônico 8 - 1/8000 s, produzir tamanho da imagem 4000 x 3000, Taxa de bits máxima de vídeo 60 Mbps. Sistemas de arquivos suportados FAT32 (=32 GB); exFAT (32 GB). Foto JPEG, DNG (RAW).				
32	Destilador/Digestor/Exaustor Neutralizador de Nitrogênio, estrutura em aço inox AISI 304 polido, vidraria embutida na caixa, proteção em acrílico fume do tubo de amostra, caldeira embutida, bico de drenagem para lavagem da caldeira, entrada individualizada para trabalhar com água destilada na caldeira, macaco elevatório do tubo de destilação construído em ebonite e aço inox, iluminação interna, tubulação de água em cobre e silicone, caixa coletora em aço inox para respingos do condensador, suporte para o frasco de coleta com ajuste de altura, dimensões aproximadas L=320mm x P=270mm x A=760mm. Vidraria em borosilicato, caldeira geradora de vapor com capacidade mínima de 2 L, com válvula para drenagem e lavagem embutida, enchimento semiautomático, através de válvula solenoide, trabalha com água destilada, deionizada e potável, com dois leds indicadores de nível máximo e mínimo, condensador tipo serpentina. Adição de soda: copo dosador graduado, comando manual com válvula stop flow, conexões da vidraria em tubos de PTFE e silicone. Velocidade de destilação ajustável até 30 ml/mim; resistência tubular blindada em aço inox AISI 304, digestor com isolamento em fibra cerâmica de alta densidade, bloco de aquecimento em alumínio fundido, moldado para 8 furos, para tubos de ensaio de até 50 mm de diâmetro. Controlador eletrônico de temperatura microprocessado, PID, com rampas e patamares (programável para até 32 rampas e 32 patamares) sensor tipo J com isolamento mineral, leitura digital do processo e do set point, para trabalhos de 50 a 450°C. Incluso galeria em alumínio com manifold em vidro borosilicato, 8 tubos macro com rosca em vidro borosilicato medindo 50 x 250 mm, 8 cabeçotes de PTFE, acoplados ao manifold por sistema deslizante, para conexão com o MA 056 SCRUBBER, 1 galeria para resfriamento e transporte, capacidade para 8 tubos, em alumínio. Dimensões aproximadas de L= 285mm x P=385mm x A=350 mm.Motobomba com rotor centrífugo vazão de 60 litros/minuto; 2 pontos de vácuo, com duas válvulas de retenção em inox. Vácuo máximo de 700 mm em cada trompa, incluso 1 vacuômetro indicador portátil. Alimentação: Cabo de energia trifilar com aterramento, dupla isolamento, plug de três pinos, NBR NM 243 e NBR 14136, 3000 Watts, 220 Volts, 60 Hz.	UND	01	R\$ 28.493,00	R\$ 28.493,00
33	Extrator de Óleos e Graxas Através de Solventes, Tipo Soxhlet, capacidade de 6 provas, caixa em chapa de	UND	01	R\$ 13.432,20	R\$ 13.432,20



	aço inox AISI 304, sistema para elevação das provas através de varetas e berço em aço inox para cartuchos de celulose, sistema rápido para levantamento do conjunto de vidraria para deixa-lo levantado e retirado do tubo reboiler, dimensões aproximadas (mm): L=610 X P=210 X A=445; peso aproximado: 14 Kg; extração tipo via úmida através de mergulho no solvente em ebulição, recuperação de solvente de até 90%; aquecimento através de blocos de alumínio fundido, com resistências blindadas individuais em cerâmica infravermelho, sem contato com solventes; variador eletrônico de potência da resistência individual para cada prova, temperaturas de trabalho de ambiente +7 a 250°C, furo em cada bloco para termômetro com haste de 3 mm de diâmetro; manifold duplo para entrada e retorno independente de cada prova; vidraria em borosilicato, 6 conjuntos extratores/recuperadores com junta cônica, torneira em PTFE para recuperação do solvente, 6 reboiler com boca de 60 mm e altura de 115 mm.com capacidade de 190 ml, com junta cônica; 6 condensadores tipo serpentina, instalado na parte superior dos recuperadores, com rosca. Incluso 6 suportes metálicos para acomodação dos filtros, com haste para imersão da amostra no solvente; 6 filtros tipo cartucho de celulose para acomodação da amostra; tubos de silicone para alimentação e distribuição da água de refrigeração. Alimentação: energia trifilar (duas fases e um terra), com dupla isolamento, com tomada e plug de três pinos, NBR NM 243 e NBR 14136. Potência: 900 Watts, 220 Volts, 60 Hz.				
34	Forno MuflaEspecificações técnicas: Temperatura de trabalho entre 100°C à 1200°C ; capacidade interna medidas em litros entre 6L a 16L, Resolução: 1°C; Precisão de Controle: +/-1 até +/-10°C; Sensor de Temperatura: Tipo K; Cabo de alimentação: Com dupla isolamento, duas fases e um terra; Sistema de Aquecimento: Resistência Fio Kanthal; Tensão: 220V – Bifásico.	UND	01	R\$ 4.280,70	R\$ 4.280,70
35	Agitador Magnético Digital com Aquecimento, temperatura da placa de ambiente até 320°C, sistema de aquecimento através de resistência tubular de 500W, blindada em aço inox embutida em plataforma de alumínio; painel em policarbonato com indicação de funções e indicador luminoso. Incluso barra magnética revestida em PTFE medindo 9x25mm; defletor em inox AISI 304, plataforma em alumínio, gabinete em chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi texturizado eletrostático; pés de borracha, dimensão aproximadas da plataforma de Ø140 mm; dimensão externa (LxPxA) de 185 x 220 x 140 mm; motor de indução com potência de 1/40 Hp. Fusível de segurança. Alimentação 220V, 50/60 Hz, potência de 530W. Cabo de alimentação com Plug conforme norma ABNT NBR 14136. Capacidade de agitação de até 3 litros.	UND	01	R\$ 1.619,86	R\$ 1.619,86
36	Medidor de pH de Bancada, com faixa de medição entre 0 a 14 pH, 1999 a 1999 mV, 0 a 100°C; resolução 0.1 / 0.01 pH, 1 mV, 0.1 °C; precisão mínima ±0.05 pH, ±2mV + 1.8%, ±1°C; dimensões	UND	01	R\$ 2.339,30	R\$ 2.339,30



	aproximadas (LxAxP): 195 x 78 x 230 mm; peso aproximado de 780g sem baterias; temperatura de operação: 0 a 40°C; umidade de operação: 10 a 85%UR (sem condensação); alimentação: 7.5Vdc (adaptador AC/DC, 100~240 Vac/7.5Vdc-1A); mínimo de memória para 25 registros; compensação automática de temperatura (0 a 60°C) e compensação manual de temperatura (0 a 100°C); calibração automática em até 3 pontos; iluminação no visor; incluso 1 eletrodo para medição de pH para líquidos, 1 sonda de temperatura, 1 haste flexível com suporte para eletrodo, 1 adaptador AC/DC (100-240VAC / 7.5VDC-1A).				
37	Condutivímetro, com faixas mínima de medição de condutividade: 0.0 a 199.9 μ S/cm (0.1 μ S/cm), 200 a 1999 μ S/cm (1 μ S/cm), 2.00 a 19.99 mS/cm (0.01 mS/cm), 20.0 a 199.9 mS/cm (0.1 mS/cm); faixa mínima de temperatura: 10 a 50°C (0.1°C); precisão mínima de condutividade: \pm 1,5%, temperatura: \pm 1°C; compensação automática de temperatura (ATC): 10 a 50°C; calibração com mínimo de 8 opções: USA (84 μ S/cm 1413 μ S/cm 12.88mS/cm 111.9mS/cm), CH (146.6 μ S/cm 1408 μ S/cm 12.85mS/cm 111.3mS/cm), faixa de temperatura de operação mínima de 5 a 35°C, umidade de operação mínima: 10 a 85%UR (sem condensação), dimensões aproximadas: 195 x 78 x 230 mm, peso aproximado 785g. Alimentação: 8Vdc (adaptador AC/DC,100~240 Vac / 8Vdc-1A), compensação automática de temperatura (na faixa de 10 a 50°C) e compensação manual de temperatura (na faixa de 0 a 50°C), seleção de unidade de temperatura °C ou °F, memória mínima de 50 registros. Incluso: 1 Sonda de condutividade, 1 Suporte flexível para eletrodos, 1 Sonda de temperatura, 1 Calibrador eletrônico (para ajuste em 1408 μ S/cm), 1 Adaptador AC/DC (100~240 Vac / 8Vdc - 1A).	UND	01	R\$ 2.514,12	R\$ 2.514,12
38	Banho Maria para Laboratório, de aço inoxidável 304, faixa de temperatura mínima: temperatura ambiente a 100°C, potência mínima: 1200W, controle digital, capacidade entre 6 e 8 orifícios, temperatura de operação mínima: 10 a 100°C; umidade de operação: 10 a 80 %UR (sem condensação); alimentação de 220V, 50/60Hz; Capacidade de 17 a 22 L.	UND	01	R\$ 2.883,74	R\$ 2.883,74
39	Refratômetro Digital Portátil para Medição de Açúcar 0-85% (Brix) , de 0 a 80°C; resolução mínima: \pm 0.1 % Brix; \pm 0.1°C; precisão mínima: \pm 0.2% Brix; \pm 3°C; compensação automática: entre 10 a 40°C de Temperatura, tempo de medição máximo de 1,5 segundos; volume mínimo da amostra: 2 gotas métricas; 100 μ L; fonte de luz: LED amarelo; orifício de inserção da amostra: Anel em aço inoxidável e prisma de vidro; Material exterior do equipamento: plástico ABS, resistência à água: IP65. Tipo de bateria/Duração mínima: (1) 9V / 5000 leituras. Incluso: 1 batedeira de 9V.	UND	01	R\$ 1.742,39	R\$ 1.742,39
40	Espectrofotômetro UV-Visível 190-1100 Nm, com tela em LCD; faixa de comprimento de onda mínimo 190~110nm; largura da banda 2nm, precisão mínima do comprimento de onda \pm 0,5nm; repetibilidade do comprimento de onda 2nm; configuração do	UND	01	R\$ 18.193,21	R\$ 18.193,21



	comprimento de onda automático, precisão fotométrica mínima $\pm 0,5\%T$, repetibilidade fotométrica $0,2\%T$, faixa mínima de exibição fotométrica $0 - 200\%T -0,3 - 3,0A 0 - 9999C$, estabilidade mínima $0,002A/h$, nivelamento da linha de base $\pm 0,002A$, espalhamento da luz $\leq 0,1\%T$; porta de saída de dados USB, lâmpadas de deutério e de tungstênio, detector Fotodiodo de silício; alimentação 220V; 60Hz. Dimensão aproximada (C*L*A) $460*380*180mm$; peso aproximado 14 kg. Incluso: 01 Cabo, 04 cubetas de vidro, 02 cubetas de quartzo, software.					
41	Carta de cores Munsell, padronizadas para análise de plantas e vegetais, composta por mínimo de 17 cartas de cores, dimensões aproximadas: Fichário: $16x12$, Cartela de cores: $7.25" \times 4,25"$, Pastilha de cor: $\frac{1}{2}" \times 5/8"$, peso aproximado de 908g.	UND	01	R\$ 2.725,00	R\$ 2.725,00	
42	Amostrador para coletas de amostras indeformadas de solo tipo Uhland fabricado em aco carbono zincado, com capacidade para um cilindro de $\varnothing 70 \times 71mm$ ($\sim 270 cm^3$). Composto de 01 coletor, 01 base com haste guia, 01 peso de 7 kg com alça, 01 alça extratora, 01 Anel de aluminio $\varnothing 70 \times 71 mm$ e um anel espaçador.	UND	01	R\$ 4.800,88	R\$ 4.800,88	
43	Martelo para pedólogo, com cabo de aço revestido de vinil, cabeça chata, com peso de 16oz (448 g), e comprimento de 11" (279mm).	UND	01	R\$ 550,58	R\$ 550,58	
44	Aparelho Casagrande, manual, com cinzel curvo e chato. Conforme NBR 6459 DNER-ME 122.	UND	01	R\$ 1.910,83	R\$ 1.910,83	
45	Peneira granulométrica $\varnothing 125 \times 50mm$ Inox com malhas de abertura $0,053mm$.	UND	01	R\$ 268,75	R\$ 268,75	
46	Peneira granulométrica $\varnothing 125 \times 50mm$ Inox com malhas de abertura $0,25mm$.	UND	01	R\$ 247,04	R\$ 247,04	
47	Peneira granulométrica $\varnothing 125 \times 50mm$ Inox com malhas de abertura $0,50mm$.	UND	01	R\$ 247,04	R\$ 247,04	
48	Peneira granulométrica $\varnothing 125 \times 50mm$ Inox com malhas de abertura $1mm$.	UND	01	R\$ 232,17	R\$ 232,17	
49	Peneira granulométrica $\varnothing 125 \times 50mm$ Inox com malhas de abertura $2mm$.	UND	01	R\$ 247,04	R\$ 247,04	
50	Tampa para peneira $\varnothing 125 \times 50mm$ Inox.	UND	05	R\$ 168,28	R\$ 841,40	
51	Fundo para peneira $\varnothing 125 \times 50mm$ Inox.	UND	05	R\$ 150,91	R\$ 754,55	
52	Kit para ensaio de determinação de limite de plasticidade, composto de um cilindro comparador $\varnothing 3x100 mm$, uma placa de vidro esmerilhada. Cilindro comparador Gabarito; Cápsula de porcelana 16ml; Cápsula de alumínio $\varnothing 40x20mm$; Espátula de aço inox com cabo de madeira; Amalgador.	UND	01	R\$ 323,00	R\$ 323,00	
53	Cápsula de alumínio com tampa $70x45mm$ 159ml.	UND	12	R\$ 13,95	R\$ 167,40	
54	Termômetro digital - 45 + 230: 230:C 0,1 tipo espeto, reto, $78 \times 24mm$, haste $125mm \times 3,5mm$.	UND	01	R\$ 140,48	R\$ 140,48	
55	Carta de cores Munsell de cores de solos, para determinar e registrar a cor dos solos. Mínimo de 440 padrões de cores; material resistente à água e às diversas condições de campo; dimensões aproximadas: comprimento: 19,8 cm; altura: 2,5 cm; largura: 15,2 cm, peso aproximado de 600g.	UND	01	R\$ 2.729,74	R\$ 2.729,74	



TOTAL

R\$

311.501,48

5. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

5.1. Os Materiais/Equipamentos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, assim definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos da Lei nº 10.520/02.

6. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. A CONTRATADA deverá entregar, montar e instalar os Materiais/Equipamentos em até **30 (trinta) dias consecutivos** a contar do protocolo de recebimento da Ordem de Fornecimento (Autorização de Fornecimento), em **remessa única**, que será expedida pela Coordenação de Bens e Suprimentos (CBS).

6.2. O recebimento provisório será realizado após efetuada a entrega consoante com o prazo estabelecido no subitem 6.1, para efeito de posterior verificação da conformidade com especificações indicadas no item 4 deste Termo de Referência e na proposta.

6.3. A entrega deverá ser efetuada em dias úteis, no horário das 09:00 hrs às 18:00 hrs no setor do **Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Ambiente – PPGAA**, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus de Balsas, localizado na Praça Gonçalves Dias, s/n, Balsas – MA, no CEP: 65800-000.

6.4. No ato de entrega dos Materiais/Equipamentos, a CONTRATADA deve apresentar nota fiscal ao Servidor e/ou Comissão de Recebimento.

6.5. O prazo para entrega poderá ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA formalize o pedido, por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevisíveis e/ou de força maior, observando o artigo 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes. Devendo o requerimento de prorrogação de prazo ser encaminhado antes de findado o prazo de entrega.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. Observando o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

7.1.1. **Provisoriamente**, em até 2 (dois) dias úteis assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.1.2. **Definitivamente**, em até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo de recebimento definitivo.



7.2.No caso de consideradas insatisfatórias as condições dos materiais/equipamentos recebidos provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa pela Comissão de Recebimento e/ou Servidor designado, no qual se consignarão as desconformidades devendo os Materiais/Equipamentos a ser recolhido com a respectiva nota fiscal e substituído pela CONTRATADA às suas custas.

7.3.O fornecedor terá prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir de sua notificação, para providenciar a substituição do bem, sem qualquer custo adicional para a UEMA.

7.3.1. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções disciplinadas nos ordenados legais que tratam de aquisição de bem.

7.4.Após a notificação da CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, para fins de recebimento definitivo, iniciando nova contagem tão logo sanada a situação.

7.5.O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional pela perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

7.5.1 Material embalado, acondicionado e identificado de acordo com a Especificação Técnica;

7.5.2 Quantidade em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;

7.5.3 Entrega no prazo, local e horários previstos neste Termo de Referência.

7.6.O recebimento definitivo dar-se-á:

7.6.1 Após a verificação física que constate a integridade dos Materiais/Equipamentos;

7.6.2 Após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes no item 4 deste Termo de Referência.

7.7.Satisfeitas às exigências e condições previstas, lavrar-se-á termo de recebimento definitivo assinado por comissão e/ou servidor designado, o qual poderá ser substituído pela atestação no verso da nota fiscal, efetuada pelo fiscal do contrato da UEMA considerado o valor da compra, de acordo com a previsão legal.

7.8.Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 7.6 não ser procedida dentro do prazo fixado pelo subitem 7.1.2refutar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.9.O recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do produto entregue.



8. DA INSTALAÇÃO E MONTAGEM

8.1. A empresa vencedora, mediante Ordem de Fornecimento (Autorização de Fornecimento), deverá providenciar, além do fornecimento, a montagem e instalação da Estufa de Esterilização e Secagem, item 28, no tópico 4 deste termo de referência, nas dependências da UEMA do **Campus de Balsas**, localizado na **Praça Gonçalves Dias, s/n, Balsas – MA**, no **CEP: 65800-000**, em horário comercial das 08:00 hs às 18:00 hs sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no prazo estipulado no subitem 6.1.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. No mínimo, 1 (um) Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis com o objeto desta licitação.

9.2. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes dessa licitação estarão submetidas à dotação orçamentária prevista para atendimento da presente finalidade, devendo-se levar em consideração o orçamento para o exercício do presente ano a ser consignado pela UEMA.

11. DA GARANTIA

11.1. O prazo de garantia dos materiais/equipamentos será de no **mínimo 12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo.

11.2. O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será exigido de acordo com a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

11.3. Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, a CONTRATADA independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a efetuar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição do objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da notificação.

11.4. A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado, conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga a:



12.1. Fornecer os Materiais/Equipamentos no prazo constante no subitem 6.1, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na Proposta de Preços, observadas as respectivas quantidades, qualidades e preços.

12.2. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia autorização da UEMA.

12.3. Comunicar imediatamente qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes.

12.4. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.5. Identificar seu pessoal nos atendimentos de entrega dos Materiais/Equipamentos.

12.6. Responsabilizar-se por qualquer acidente que venha a ser vítima seu empregado, quando as leis trabalhistas, previdenciárias e demais exigências legais lhe assegurarem, ficando isenta a CONTRATANTE de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, sobretudo, quando do transporte e da entrega do(s) objeto(s) adquiridos.

12.7. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à UEMA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento dos Materiais/Equipamentos não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

12.8. Arcar com as despesas de frete, transporte, carga e descarga, encargos, tributos, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento ou dos serviços acessórios.

12.9. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.10. Responsabilizar-se pela qualidade dos Materiais/Equipamentos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros.

12.11. Caso haja omissão, total ou parcial da fiscalização, não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

12.12. Responsabilizar-se solidariamente com os fornecedores dos Materiais/equipamentos (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irre recuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam ou que lhes diminua o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da embalagem.

12.13. Responsabilizar-se por mencionar na Nota fiscal as seguintes informações:

a) número do processo;



- b) número do pregão;
- c) número da nota de empenho;
- d) número do contrato.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA**, pessoa jurídica de direito público, obriga-se a:

13.1. Emitir a(s) respectiva(s) **Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento (Autorização de Fornecimento)**.

13.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto.

13.3. Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos Materiais/Equipamentos, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com as especificações exigidas conforme item 4 deste Termo de Referência e na Proposta de Preço da CONTRATADA.

13.4. Notificar a CONTRATADA para a substituição dos Materiais/equipamentos devolvidos.

13.5. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor.

13.6. Comunicar à CONTRATADA sobre toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos Materiais/Equipamentos.

13.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

13.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.9. Propor a aplicação das sanções administrativas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

14.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, será designado representante e/ou comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega dos Materiais/Equipamentos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.



14.3.O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.4.O servidor responsável por fiscalizar o contrato será indicado pelo Magnífico Reitor e deverá constar cadastro no SIGEF(Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal).

14.5.As demais obrigações da Fiscalização deverão ser observadas conforme o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos aprovado através da Resolução 340-2021-CAD/UEMA.

15. DO PAGAMENTO

15.1.O pagamento será efetuado após a assinatura do atesto da nota fiscal que formalizar o recebimento definitivo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação dos itens relacionados a seguir:

- a) Nota Fiscal/fatura, acompanhada da respectiva nota de empenho;
- b) Certidão Negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;
- c) Certidão Regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT;
- e) Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual – CND;
- f) Certidão Negativa da Dívida Ativa da Receita Estadual –CNDA;
- g) Certidão Negativa de Débitos Municipal – CND;
- h) Certidão Negativa da CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão), conforme Decreto Estadual nº 21.178, de 26 de abril de 2005.

15.2. A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pelo servidor responsável pelo recebimento definitivo dos objetos licitados.

15.3. A UEMA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

15.4. Não será efetuado o pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, pelo descumprimento deste Termo de Referência, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço ou à atualização monetária.

15.5. Após satisfeitas todas as condições fixadas neste Termo de Referência e seu item 4, a empresa vencedora do certame deverá cadastrar-se no Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)e/ou quaisquer outros sistemas oficiais de informação do Estado que venham a substituir os atuais.

15.6. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, observadas ainda as disposições próprias à modalidade de licitação a ser escolhida:

- a) **Advertência** escrita;
- b) **Multa** de 10% sobre o valor total do contrato;
- c) **Suspensão** temporária de participação de licitação e impedimento de contratar com a UEMA pelo prazo de até 02(dois) anos;
- d) **Declaração de inidoneidade** para licitar e assinar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedido sempre que a contratada ressarcir a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção com base na alínea anterior;
- e) **Impedimento** para participar de licitação e assinar contratos com o Estado do Maranhão pelo prazo de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Sistema de Gerenciamento de Licitações e Contratos – SGC por igual prazo, caso seja utilizado a modalidade Pregão.

16.2. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea "b".

16.3. Caberá ao Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante Relatório Circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

16.4. A CONTRATADA estará sujeita à aplicação de sanções administrativas dentre outras hipóteses legais, quando:

- a) Fornecer os materiais/equipamentos em desconformidade com o especificado para o aceite e efetuar o recebimento definitivo;
- b) Não substituir, no prazo estipulado, os Materiais/Equipamentos recusados pela CONTRATANTE;
- c) Descumprir os prazos e condições previstas neste Termo de Referência;

16.5. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

16.6. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

16.7. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no que couber, conforme previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

17. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

17.1. O Valor Total estimado será de **R\$ 311.501,48** (trezentos e onze mil, quinhentos e um reais e quarenta e oito centavos).



18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1. O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, limitada a sua duração ao que dispõe o caput do art. 57 da Lei n.º 8.666/93.

São Luís/MA, 02 de agosto de 2021.

SOLICITANTE:

Professor Fábio Afonso Figueiredo
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Agricultura e
Ambiente – PPGAA/UEMA.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022- CSL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144263/2021 – UEMA**

**ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Ref.: Proposta do Pregão Eletrônico n.º 021/2021 – CSL

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de V.S^ª., a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital.

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

SEDE:

C.N.P.J.:

2. PROPOSTA DE PREÇOS:

VALOR DO ITEM:

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

4. PRAZO DE FORNECIMENTO:

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Atenciosamente,



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022- CSL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144263/2021 – UEMA**

**ANEXO III
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO N.º ____/2022- UEMA.
PROCESSO N.º 0144263/2021- UEMA.**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO, E A
EMPRESA _____.

O **ESTADO DO MARANHÃO**, ente de direito público interno, por intermédio da **Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**, autarquia estadual integrante da Administração Indireta do Estado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.352.421/0001-68, isenta de inscrição estadual, com sede na Cidade Universitária Paulo VI, Avenida Lourenço Vieira da Silva, nº 1000, Bairro: Jardim São Cristóvão, São Luís/MA, CEP: 65055-310, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo(a) seu titular _____, portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, residente e domiciliado(a) à _____, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, Inscrição Estadual n.º _____, com sede na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) senhor(a) _____, portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF sob o n.º _____, residente e domiciliado(a) à _____, tendo em vista o que consta nos autos do **Processo Administrativo n.º 0144263/2021- UEMA** e em observância às disposições do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, **RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO**, decorrente do **Pregão n.º ____/2022-CSL/UEMA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Contrato é **a aquisição de material permanente com montagem e instalação, destinado aos laboratórios do Centro de Estudos Superiores de Balsas/CESBA/UEMA para atender ao Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Ambiente - PPGAA da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: São partes integrantes deste Termo de Contrato, independente de transcrição, a proposta vencedora e o Termo de Referência constante no Edital do Pregão n.º ____/2022-CSL/UEMA.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações e quantitativos estabelecidos na proposta vencedora e no Termo de Referência, conforme discriminado no quadro a seguir:

Item	Especificações	Und	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL (R\$)				

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR



O valor total deste Termo de Contrato é de R\$ _____ (por extenso).

PARÁGRAFO ÚNICO: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, transporte, frete, carga e descarga do material, garantias, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria para o exercício financeiro de 2022, conforme classificação abaixo:

UNIDADE GESTORA: XXX; **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** XXX; **FUNÇÃO:** XXX; **SUBFUNÇÃO:** XXX; **PROGRAMA:** XXX; **AÇÃO:** XXX; **SUBAÇÃO:** XXX; **NATUREZA DE DESPESA:** XXX; **FONTE:** XXX.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e **findará em 31/12/_____** (inserir ano da assinatura do contrato).

PARÁGRAFO ÚNICO: Na contagem do prazo de vigência incluir-se-á o dia do início e o dia do vencimento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega dos bens observará o **prazo de 30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da data do protocolo de recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Coordenação de Bens e Suprimentos (CBS).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo estabelecido no *caput* desta Cláusula admite prorrogação na forma do artigo 57, §1º, da Lei n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Será considerado tempestivo o pedido protocolado antes do encerramento do prazo de entrega.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em obediência ao disposto no art. 57, §2º, da Lei n.º 8.666/1993, toda e qualquer prorrogação de prazo dependerá da prévia autorização da autoridade competente para celebrar este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega deverá ocorrer **no setor do Programa de Pós-Graduação em Agricultura e Ambiente - PPGA, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Campus Balsas, localizado na Praça Gonçalves Dias, s/n, Balsas/MA, CEP: 65800-000.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A entrega realizada em local diverso ou em desobediência ao horário de atendimento não será considerada efetivada, devendo a CONTRATADA promover a entrega em conformidade com o estabelecido neste instrumento contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para fins e efeitos deste Termo de Contrato, considera-se horário de atendimento o período das 09h às 18h nos dias úteis em que houver expediente na UEMA.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA MONTAGEM E INSTALAÇÃO

A CONTRATADA deverá providenciar a montagem e instalação dos bens no local indicado na respectiva Ordem de Fornecimento, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, observando o Item 8 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Observado o disposto nos artigos 73 e 76 da Lei n.º 8.666/1993, bem como as disposições contidas no Termo de Referência, o recebimento do objeto desta contratação será realizada da seguinte forma:

a) Em remessa única;

b) Provisoriamente, em até 02 (dois) dias úteis assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes na proposta comercial e no Termo de Referência;

c) Definitivamente, em até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e da quantidade e consequente aceite mediante Termo de Recebimento Definitivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta comercial e no Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, em conformidade com o Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese do parágrafo anterior, o servidor ou comissão designada para o recebimento provisório lavrará Termo de Recusa, no qual deverão constar todas as impropriedades verificadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a substituição dos materiais, inicia-se nova contagem dos prazos previstos no *caput* desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de a verificação a que se refere a alínea "b" desta Cláusula não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

PARÁGRAFO QUINTO: O Termo de Recebimento Definitivo poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada pelo representante da Coordenação de Bens e Suprimentos da UEMA, considerado o valor da compra, de acordo com a previsão legal.

PARÁGRAFO SEXTO: O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade do material entregue e/ou pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA DOS MATERIAIS

O prazo de garantia dos materiais não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será exigido de acordo com a Lei n.º 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.



PARÁGRAFO SEGUNDO: Durante o período de garantia contra defeitos de fabricação, a CONTRATADA, independentemente de ser ou não fabricante do objeto, obriga-se a efetuar, sem ônus para a CONTRATANTE, a substituição do objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos decorrentes do fornecimento contratado, conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, além das previstas na legislação e no Termo de Referência:

- a) Emitir as respectivas Notas de Empenho e Ordem de Fornecedor;
- b) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais;
- c) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- e) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento dos m ou com a prestação dos serviços acessórios;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- g) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a entrega dos materiais, podendo recusar aqueles que não estejam de acordo com as especificações registradas na proposta vencedora e no Termo de Referência;
- h) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- i) Instaurar o devido processo administrativo para aplicação de penalidade em face do conhecimento de descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Fornecer o objeto conforme as especificações e quantitativos estabelecidos na proposta vencedora e no Termo de Referência, observando todas as condições estabelecidas por este Termo de Contrato;



- b)** Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local designados, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;
- c)** Promover o acondicionamento adequado à conservação dos materiais, entregando-os em embalagens próprias, sem quaisquer indícios de violação, de modo a impossibilitar a ocorrência de avaria;
- d)** Garantir a validade dos materiais por um período mínimo de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do objeto;
- e)** Substituir os materiais devolvidos pela CONTRATANTE, por estarem em desacordo com as especificações técnicas ou com a proposta de preços, no prazo de até **30 (trinta) dias**, sem ônus para a CONTRATANTE;
- f)** Responsabilizar-se, solidariamente, com os fornecedores dos materiais (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que os torne irrecuperáveis, impróprios ou inadequados à utilização a que se destinam ou lhes diminua o valor, assim como aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da embalagem;
- g)** Indicar preposto para representá-la durante a execução deste Contrato;
- h)** Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- i)** Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a documentação comprobatória pertinente, atualizada, sob pena de aplicação das sanções legais;
- j)** Comunicar, imediatamente, qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, e-mail e outros dados relevantes para a execução deste contrato;
- k)** Identificar seus funcionários no momento da entrega dos materiais;
- l)** Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como as normas de segurança do local da entrega;
- m)** Supervisionar o processo de entrega dos materiais, providenciando a mão-de-obra e estruturas necessárias à execução deste Contrato, como única e exclusiva responsável;
- n)** Acatar as determinações dos responsáveis pelo recebimento e conferência dos materiais;
- o)** Responsabilizar-se por quaisquer acidentes sofridos por seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem;
- p)** Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- q)** Arcar com todas as despesas de embalagem, encargos, tributos, contribuições e obrigações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, taxas, fretes, seguros, prestação de garantia, bem como despesas com o transporte, carga e descarga dos materiais, e



quaisquer outros custos, diretos e indiretos, decorrentes do fornecimento ou dos serviços acessórios;

r) Mencionar na Nota Fiscal as seguintes informações: número do processo, do pregão, da nota de empenho e do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições contidas neste instrumento contratual, no Termo de Referência ou nas normas pertinentes.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor da CONTRATANTE, conforme estabelecido no Termo de Referência, o qual deverá atestar os documentos da despesa para fins de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Compete à fiscalização efetuar o registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas, tendo por parâmetro as especificações previstas neste Termo de Contrato, no Termo de Referência e na proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caberá ao Fiscal, diante do descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, provocar a aplicação de sanções administrativas, previstas na legislação e neste Termo de Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A presença da Fiscalização da CONTRATANTE não elide ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 70, da Lei n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO QUARTO: O servidor responsável pelo recebimento dos materiais deverá conferir e atestar a regularidade da Nota Fiscal apresentada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO: O servidor responsável por fiscalizar o contrato deverá providenciar o cadastro no Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF.

PARÁGRAFO SEXTO: O servidor responsável pela fiscalização do contrato deverá cumprir as regras estabelecidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos aprovado por meio da Resolução nº 340/2021-CAD/UEMA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias consecutivos**, contados da data do ateste que formalizar o recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA é a única responsável pela correta emissão de seus documentos de cobrança, em todos os seus aspectos, observada a legislação tributária vigente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo erro no documento fiscal hábil de cobrança ou circunstância que impeça a liquidação das despesas, ele será devolvido e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação do documento fiscal hábil de cobrança, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.



PARÁGRAFO QUARTO: Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a Nota Fiscal e cópias da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, os documentos a seguir elencados, com prazo de validade compatível à data do pagamento:

- a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da sede da CONTRATADA, mediante a: Certidão Negativa de Débito e Certidão Negativa de Dívida Ativa;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede da CONTRATADA, mediante a: Certidão Negativa de Débitos;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT;
- f) Certidão Negativa da CAEMA, caso a empresa seja sediada no Estado do Maranhão.

PARÁGRAFO QUINTO: O pagamento será efetuado mediante depósito em conta a ser indicada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao reajustamento do preço.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA ou cobrar diretamente desta, amigável ou judicialmente.

PARÁGRAFO OITAVA: A retenção tributária prevista na legislação aplicável será efetuada no momento do pagamento devido à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções estabelecidas no artigo 86 e seguintes da Lei nº 8.666/1993 e no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA que descumprir quaisquer das condições do presente Contrato, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) **Advertência escrita** para os casos em que este Contrato não estipule outra espécie de penalidade, desde que decorram de condutas menos graves e que ofereçam riscos menores à CONTRATANTE, podendo ainda, se for o caso, haver a fixação de prazo para adoção de medidas corretivas.

a1) Caso a gravidade ou a reiteração da ocorrência não recomende a aplicação da hipótese prevista na alínea "a", a conduta da CONTRATADA poderá ser considerada como inexecução parcial ou total deste Contrato, mediante justificativa fundamentada da CONTRATANTE.

b) Multa de:



b1) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor do item, na hipótese de **atraso na entrega/substituição dos** materiais, de acordo com os prazos estabelecidos na proposta e neste Termo de Contrato, **limitada a incidência a 15 (quinze) dias**.

b1.1) Após o décimo quinto dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de **atraso na entrega/substituição dos** materiais, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a inexecução total ou parcial da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

b2) 2% (dois por cento), por ocorrência, incidente sobre o valor do Contrato, **quando os trabalhos de fiscalização forem dificultados** ou forem **prestadas informações inexatas** pela CONTRATADA.

b3) 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do item, em caso de **atraso na entrega/substituição dos** materiais **por período superior a 15 (quinze) dias**.

b4) 5% (cinco por cento), incidente sobre o valor do Contrato, na hipótese de **inexecução parcial** da obrigação assumida.

b5) 10% (dez por cento), incidente sobre o valor do Contrato, na hipótese de **inexecução total** da obrigação assumida.

c) Suspensão Temporária para participar de licitação e assinar contratos com a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar e assinar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Universidade Estadual do Maranhão pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

e) Impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Estado do Maranhão pelo prazo de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Sistema de Gerenciamento de Licitações e Contratos - SGC por igual prazo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A sanção prevista na alínea "b" do parágrafo primeiro poderá ser aplicada conjuntamente com as demais sanções previstas

PARÁGRAFO QUARTO: Caberá ao fiscal do contrato, designado pela CONTRATANTE, propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

PARÁGRAFO QUINTO: Do ato que aplicar qualquer penalidade caberá recurso, no que couber, conforme previsto no artigo 109, da Lei n.º 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEXTO: Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Após a aplicação de qualquer penalidade será feita a comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial da União, bem como no Diário Oficial do Estado do



Maranhão, constando o fundamento legal, excluídos os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa.

PARÁGRAFO OITAVO: As multas deverão ser recolhidas no prazo de **15 (quinze) dias consecutivos**, contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO NONO: Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato.
- b) Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Salvo disposição expressa em contrário, na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente na Universidade Estadual do Maranhão.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na hipótese de encerramento de prazo em dia em que não houver expediente na Universidade Estadual do Maranhão, este deverá ser antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito deste contrato só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas as comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, bem como no Diário Oficial do Estado do Maranhão, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS



Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666/1993 e demais normas e princípios gerais de direito aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de São Luís/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que, após lidas e aceitas, seguem assinadas pelos contraentes, juntamente com duas testemunhas.

São Luís/MA, de de 2022.

Reitor/UEMA
CONTRATANTE

Representante legal da empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
CPF: _____ CPF: _____